

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Julio Cesar Aquino Teles
Ferreira*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p569-582

PINHEIRO-JONES, Rossana. Escrever história e cultivar a memória cristã: sobre a cristianização da Península Ibérica nos séculos V e VI. 1ª Curitiba. Editora Appris, 2019. 281 p.

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

Rossana Pinheiro-Jones, tem doutorado e pós-doutorado em História pela UNICAMP, e foi professora da Universidade Federal de São Paulo (2010-2020). Em sua obra *Escrever história e cultivar a memória cristã: sobre a cristianização da Península Ibérica nos séculos V e VI*, a autora aborda a memória e a escrita da história com base nos sermões, junto da cristianização que ocorreu no espaço Ibérico. Conforme o prefácio, escrito por Juvenal Savian Filho, “[...] a obra que aqui se apresenta discute a maneira como também no século V, ao escreverem crônicas e histórias, bispos e presbíteros produziram uma memória para a região mais nortenha [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 17). O livro é dividido em duas partes. Na primeira, busca-se abordar a memória sobre a Península Ibérica construída por historiadores e cronistas do século V, principalmente no tocante a *Gallaecia*. A segunda, analisa Martinho de Braga (525-580), proveniente de uma região fora da *Gallaecia*, enviado para cristianizar esta região pouco romanizada e barbarizada, justamente por ser uma localização mais nortenha e Ocidental da Península Ibérica (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 46).

Na introdução da obra, a autora parte de diferentes correntes historiográficas para tratar da memória e da história. A discussão sobre a primeira começa com as contribuições de Pierre Nora e Maurice Halbwachs, com ênfase nos conceitos de “lugares de memória”¹ e “memória coletiva”². Segundo Chris Wickham e James

¹ “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória”. (NORA, 1993, p. 13).

² “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Fentress, citados pela autora, sem perder a dimensão do indivíduo, pode-se pensar uma “memória social” fundamental para o período medieval. De acordo com ambos os autores, Gregório de Tours (538-594), mobilizou uma memória local e familiar, filtrada pela posição que ocupava enquanto bispo aristocrata (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 27).

No movimento historiográfico da Nova História da década de 1970, outro nome fundamental para compreender os dois pontos acima apresentados foi Jacques Le Goff³. Segundo Pinheiro-Jones, o autor atribuiu um lugar importante para a memória ao tratar de sua monumentalização desde as sociedades antigas. Assim, a introdução aborda esses dois tópicos em diferentes aspectos: historiográfico, sociológico e filosófico.

Para explicar a relação do tema acima dito com o período estudado pela autora, ainda na introdução, ela aborda a relação memória, retórica e monaquismo. Baseando-se em fontes primárias e secundárias, assim como de uma análise conceitual – metodologia do trabalho -, Rossana Pinheiro-Jones situa a conexão desses temas com o monaquismo do século V, nas figuras de João Cassiano e Agostinho de Hipona (fontes primárias). A memória deve ser compreendida como “[...] lembrança de Deus cultivada a partir de uma mudança de intenção e da produção e retenção de pensamentos através do auxílio da prática de exercícios espirituais.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 38). Na definição agostiniana, ela aparece como lugar que decorre imagens provenientes dos sentidos, que comporia o âmbito interior humano. Com base nisto, é proposto que Agostinho apresenta uma chave de leitura indispensável para compreender o sermão *Sobre a correção dos rústicos* de Martinho

porque, em realidade, nunca estamos sós”. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

³ VER: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

de Braga, em que aparece a memória, o conhecimento de Deus e o esquecimento. Metodologia e abordagens da Nova História Cultural, com os autores supracitados, foram importantes para a interpretação de que os “rústicos” do sermão se referiam a camponeses que resistiam à cristianização. A hipótese sustentada na obra é justamente o contrário, os “rústicos” no sermão se referiam ao contraponto dos batizados para os quais ele foi escrito, composto de clérigos e laicos (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 45), sendo o termo usado retoricamente conforme a rede eclesiástica e episcopal da época que,

[...] estava vinculada à defesa de uma forma correta de cristianismo; à afirmação da cristianização pela violência ou pela tolerância; e à consideração do papel da memória e da História como impulsionadoras da cristianização no combate às superstições, ao paganismo e à heresia. Este contexto eclesiástico, com suas intenções e recursos, teria sido mobilizado por Martinho de Braga no ato de escrita de seu sermão. (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 45).

Na primeira parte do livro, a autora pensa a história da Península Ibérica a partir de Idácio de Chaves (400-469). Em sua crônica, ele visava continuar a história contada por Eusébio de Cesaréia (265-339) e Jerônimo (347-420), inserindo a *Gallaecia* por meio de uma perspectiva universal e local (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 50). A história de Idácio trata primeiro da ascensão e queda da dinastia de Teodósio e, depois, faz um recorte a partir de sua própria história. A ascensão de Idácio de Chaves ao episcopado o coloca não apenas como leitor, mas como agente, segundo Pinheiro-Jones. Embora a narrativa dele comece com a ascensão de Teodósio em Constantinopla, ela ganha cada vez mais contornos locais, relacionando, a Península Ibéria, a ascensão dos povos bárbaros e o episcopado (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 53).

Segundo Idácio, a Península Ibérica estaria cada vez mais entregue a herdeiros não legítimos desse Império surgido com Teodósio. Um fato interessante apontado por Pinheiro-Jones, é que a universalidade da história em Idácio não estava no

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

cristianismo⁴, mas no próprio Império, que segundo ele estava em ruínas. Questão relevante para os estudos medievais, considerando tudo que se discute acerca dos cristianismos⁵. Por isso, Idácio conta a história de um mundo em declínio, conforme seu objetivo. Nesse mundo, cada vez mais distanciado e localizado, o bispo escreve uma história que “[...] legaria à posteridade uma memória e um passado desta região, vinculados a um homem condenado como herege e equivocadamente cultuado como mártir por certo grupo de bispos galaicos.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 64).

A autora discute a apresentação da *Gallaecia* como domicílio de bispos heréticos, pois trata-se de um caso em que são possíveis diversas dimensões de leitura. Sulpício Severo (363-425), uma das principais fontes analisadas nesse trecho do livro, efetua em sua *Crônica* o preenchimento de lacunas na construção de uma narrativa linear (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 69). Diferente de Idácio de Chaves, em Sulpício, Roma e seus imperadores estão inseridos em uma história mais ampla e anterior. A disputa entre arianos e nicenos é expoente de debates do período pós-

⁴ “De fato, parece-nos que, para Idácio, a conversão ao cristianismo não era uma via para a romanização dos bárbaros. [...] Idácio apontava que mesmo sendo cristãos seguiam como inimigos do legado romano que passava, então, a ser monopólio de um episcopado de linhagem galaico-romana, demonstrado pela associação que fez entre falência das estruturas eclesiásticas na região, conforme apontamos acima.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 59).

⁵ O cristianismo não era algo uno, nem tinha seus preceitos consolidados. Segundo Francisco José Gomes (2002), a cristandade estabelecida por Constantino foi um sistema de poder e legitimação da Igreja e do Império tardo romano. “A Igreja tendia a fixar a catolicidade, identificando-a parcialmente com o Império Romano, com a *romanitas*” (GOMES, 2002, p. 227). Como o cristianismo não era homogêneo e estava em formação, se verificam diversos traços do paganismo realocados, por exemplo, a elite do século IV que aderiu ao cristianismo continuava frequentando banquetes citadinos. Nesse sentido, é preciso ter em mente que o cristianismo não era fechado, Cristo era mais um entre os deuses. O século IV foi um século de enfraquecimento das fronteiras com um mundo religioso amplamente diversificado, podemos chamá-lo do século da incerteza. Somente no final desse século é que houve um sentimento de proteção, tanto de cristãos como de pagãos (BLOCKMANS; HOPPENBROUWERS, 2012, p. 19), até mesmo porque segundo Robert Markus (1997), a divisão entre “cristãos” e “pagãos” foi uma criação dos primeiros no final do século IV. Segundo o autor, o cristianismo era uma forma simbólica, dentre outras, que a elite usava para dominar (MARKUS, 1997). Ao mesmo tempo em que “O mundo pós-pagão não era de modo algum, um mundo necessariamente cristão” (BROWN, 1999, p. 69).

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

Constantino. Para os primeiros, Cristo não partilhava da dimensão divina do Pai, já para os segundos era o oposto, tratava-se da consubstancialidade⁶. Nessa conjuntura, surge no relato de Sulpício o priscilianismo⁷, como primeira heresia do território da *Hispania*, decorrente do gnosticismo oriental (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 75).

As heresias e seu combate são objetos de muitos estudos, pois apresentam importantes contribuições para compreensão do século V. A autora utiliza-se de alguns desses estudos para tratar da questão priscilianista na *Gallaecia*. A análise sobre as heresias está relacionada com a interpretação a partir do entendimento dos Concílios e da tradição hermenêutica que, em tese, inserem um conhecimento verdadeiro sobre a fé e, por sua vez, daquilo que era herético (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 80). Nas palavras de Pinheiro-Jones: “[...] a *Crônica* de Sulpício Severo, parece indicar uma condenação de Prisciliano por bispos ibéricos da Gália [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 90). Respalhando-se nas hipóteses de Victoria Escribano, que afirma que a crise priscilianista foi um conflito de autoridade entre grupos opostos de bispos da Igreja hispânica, a autora defende que a *Gallaecia* como região herética foi uma construção ao mesmo tempo local e temporal (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 90).

A relevância dos trabalhos anteriores na produção cronística (histórica), bem como o uso de relatos pessoais e orais, corroboram não somente para uma memória do passado e do presente, mas também para uma memória do futuro⁸. Antes de

⁶ Em linhas gerais, a consubstancialidade é a doutrina cristã que trata sobre a Trindade, proferida pelo primeiro Concílio de Nicéia (325), segundo a qual a divindade de Cristo é da mesma substância de Deus.

⁷ “A historiografia aponta para duas fases distintas pelas quais passou o priscilianismo: uma primeira fase com a liderança de Prisciliano – na qual a doutrina não se afastava em demasia da ortodoxia nicena – e uma fase posterior, na qual muitas práticas definidas pela hierarquia eclesiástica como ‘pagãs’ foram aos poucos sendo incorporadas, dando-lhe uma configuração acentuadamente mais heterodoxa”. (CALAZANS, 2014, p. 17).

⁸ “[...] por um lado, o vínculo existente entre memória dos acontecimentos passados e dos atuais,

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

seguir por essa linha, Rossana Pinheiro-Jones aborda a Península na *História Apologética* de Paulo Orósio (375-420), devido a sua relevância para pensar a História e a memória em sua relação com a heresia priscilianista.

Em *Commonitorium*, Orósio pretende divulgar os erros dos priscilianistas e origenistas⁹, tal qual havia visto na *Gallaecia*. O autor, nesta obra, busca situar os pagãos e os cristãos do tempo presente, aproximando-se de Agostinho, na medida em que procura convencê-los de que mesmo com o saque de 410, os cristãos não eram culpados pela decadência do Império. Na perspectiva temporal, o passado é utilizado com intuito de demonstrar que este fora pior que o presente, “[...] já que a história romana era repleta de guerras, derramamento de sangue, epidemias e mortes tão ou mais terríveis do que as da atualidade do autor” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 97).

No sentido geográfico, Orósio também traz uma abordagem significativa, ao inserir a África como região autônoma. Assim, diferente de Idácio e Sulpício, nele há uma ampliação do palco da história (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 101). Nas *Histórias* de Orósio o papel do cristianismo era positivo, dado que com ele o derramamento de sangue diminuiu; aqui, ele difere de seu mestre Agostinho, já que possui uma perspectiva positiva do papel da Igreja na história (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 104).

Entre todas as disputas e Concílios que trataram acerca desta questão no

perceptível na ideia de continuidade da obra cronística de predecessores, a partir do testemunho pessoal e da recorrência a relatos orais. Por outro lado, esse mesmo sentido de tradição e da importância de se dar sequência a trabalhos anteriores de escrita da história, lançava a memória para além do passado e do presente, e rumo ao futuro [...]”. (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 92).

⁹ “É possível afirmar que a obra de Orígenes é a criação de uma nova ciência, a teologia bíblica, por meio da qual cada frase das escrituras era explorada sistematicamente em busca de significados ocultos, alegorias e assim por diante. E, com base nos elementos dessa vasta erudição das escrituras, ele erigiu, em seu livro ‘Tratado sobre os Princípios’, uma filosofia cristã a partir da qual era possível interpretar todos os aspectos do mundo”. (SOUTO, 2018, p. 32-33).

período, “[...] o problema priscilianista enfrentado pela *Gallaecia* no período posterior à morte de Prisciliano e à condenação de Sinfósio e Paterno estaria ausente da última obra de Orósio” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 96).

Na questão historiográfica, que, como dito, é uma das discussões centrais da obra, Paulo Orósio utiliza de instrumentos retóricos pagãos¹⁰, visando convencer seu público. Existe uma defesa entre o passado, o presente e o futuro. A importância da história, dá-se na relação que ela mantém com a memória. Em termos práticos, é preciso “[...] se lembrar de um passado esquecido ou ignorado, o que manteria o homem, no presente, em erro e comprometeria, no futuro, sua salvação” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 107). Em síntese, na história triunfante da Igreja e do cristianismo de Orósio, mesmo que sob um Império em ruínas, ele busca situar os bárbaros em relação aos cristãos, construindo uma história em que o conhecimento do passado permite refletir sobre o presente (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 111). Conforme Rossana Pinheiro-Jones, mesmo após a morte de Orósio e Idácio, com renovações da perspectiva sobre a História, algumas continuidades foram mantidas, sendo elas: a relação da história com o esquecimento; um discurso breve para ser memorizado; e, o esquecimento ou ignorância do passado que poderia comprometer a salvação futura (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 112).

Após essa primeira parte, a obra adentra no século seguinte em *Tempo, História e Memória na Península Ibérica do século VI*. Para essa discussão, a autora retoma Martinho de Braga, dialogando com ampla historiografia, ao pensar na relação dele com clérigos anteriores e de sua época, bem como a tipologia documental - especificamente os sermões. Atrelado a isso, situa Martinho em debate com questões

¹⁰ “[...] os bárbaros seriam instrumentos de expiação dos pecados romanos e realizadores da providência divina.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 107).

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

fundamentais do período medieval, pois para alguns autores, como Luís Ribeiro Soares, o bispo levou para *Gallaecia* um monaquismo de organização papal, com a finalidade de fazer os abades-presbíteros responsáveis pela cristianização (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 120). Há todo um debate sobre a relação com Cassiano e as questões que envolvem Oriente e Ocidente, também desenvolvido pela autora, com ampla fundamentação nos sermões eclesiásticos e na historiografia.

Retornando aos temas centrais da obra, após discorrer a questão das culturas “folclóricas” e “eruditas” na cultura medieval¹¹, Pinheiro-Jones aborda como o gênero sermão “[...] estaria estruturado em torno da apresentação histórica, evidenciada pela narrativa de momentos importantes da história da salvação, com a finalidade de trazer à memória algo conhecido, mas esquecido ou a se dar a conhecer [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 134). Por isso, tanto a retórica, como a linguagem, são questões importantes para compreensão da história e da memória tal qual aparecem nos autores medievais dos séculos IV, V e VI. A partir dessa perspectiva, a autora analisa esses temas em Agostinho de Hipona (354-430) e Cícero. Na conexão dessas categorias com às discussões do contexto, Martinho de Braga escreveu seu sermão por volta de 579, “Nele, podem ser encontradas as referidas associações entre memória, esquecimento, conhecimento e rememoração de Deus.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 150). No século VI, portanto, memorar e esquecer não eram opostos, mas complementares, porque este último compunha a técnica mnemônica.

No sermão do bispo de Braga, se nota o uso dos acontecimentos passados

¹¹ “Gourevitch ressaltou o paradoxo da cultura medieval, nascido do encontro entre cultura erudita e cultura popular; entre tradição folclórica e doutrinal, percebido, sobretudo em produções escritas como hagiografias e sermões. Estes últimos, em especial, foram considerados veículos privilegiados de vulgarização cultural e o mais importante meio de comunicação entre a Igreja e o povo, tornando possível o controle do clero sobre a vida espiritual de uma população que partilhava, entre si, de uma cultura que conservaria traços pré-medievais [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 133).

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

para admoestar. A história e a narrativa são utilizadas como “[...] máquina da memória, para edificar o conhecimento e possibilitar o ato de vontade intrínseco ao recordar ou ao trabalho de reminiscência.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 154-155).

Diferente do que aparece na primeira parte da obra com Orósio e Idácio de Chaves, Martinho de Braga não trata das guerras, epidemias ou sucessão de imperadores; sua narrativa é “[...] marcada pela figura de Cristo, em sua Encarnação, Paixão e Ressurreição, em contraponto ao esquecimento e afastamento dos homens de Deus em razão do pecado de Adão [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 155). Resumindo, a condenação do priscilianismo, embora não unitário, pois não foi único motivo pelo qual o texto foi escrito, assim como as religiosidades manifestadas pelos galegos integram as linhas do sermão, suscitando a indignação do religioso para com o esquecimento daqueles que já haviam sido batizados, demonstra o embate entre a memória e a escrita da história. Lembrando que esta memória foi produzida pelo episcopado e não pela cultura popular como aparece em diversos estudos (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 161). A conversão estava relacionada não somente com uma convicção íntima, mas também com a exigência moral, enraizada no passado que se buscava superar; “[...] na *Gallaecia* do século VI, cristianizar significava, também, recordar, avivar uma memória esquecida de Deus com o intuito de deslocar outras memórias.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 161).

As práticas supersticiosas ocupam um lugar importante nas construções históricas desses autores, sendo colocadas como diabólicas em sua maioria. No sermão de Martinho, em consonância com as ideias dos Concílios de Braga – com diversas disposições discutidas e impostas aos membros do clero para a conquista de sua homogeneidade e, conseqüentemente, fortalecimento da fé na região –, se encontra uma tentativa de consolidar o cristianismo na *Gallaecia*. As religiosidades

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

praticadas no sermão do bispo, situam um passado idólatra que não poderia ser admitido na comunidade batizada. Devido a isso, houve toda uma discussão sobre o nome dos dias da semana, enquanto denominações que homenageavam a deuses pagãos, e que, por sua vez, deveriam ser renomeados conforme a criação divina (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 176), o que insere uma nova noção de tempo.

A narrativa por ele utilizada apropria-se de algo histórico - passado - para tratar daquilo que se deve evitar. Logo, propõe um reposicionamento, um reajuste da memória e não um esquecimento total (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 172). Nesta memória deveriam constar recomendações a serem seguidas para o alcance da salvação. Para construir sua argumentação, o autor parte das práticas supersticiosas para a instrução daqueles a quem denominou de “rústicos”. Portanto, “[...] Martinho de Braga forneceu à história humana um sentido teleológico, marcado pelo retorno a Deus e pela redescoberta desta memória que suplantaria o pecado e abriria às portas para a salvação.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 186). A história salvacionista modifica a relação dos homens com o passado, a tal ponto, que seria uma história de todos os homens, na qual “Cristo daria um novo sentido à existência humana, ao oferecer aos homens uma possibilidade de salvação posta no presente e consolidada no futuro.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 187).

Na nova relação de tempo, em consonância com a memória, como claramente aparece nos sermões de Martinho de Braga, os mortos são lembrados. A fim de diferenciar-se dos cultos pagãos aos mortos, a ideia é que os ritos fúnebres fossem realizados por uma autoridade da igreja. Como já dito, na obra de Martinho, Cristo ocupa a centralidade, e a ressurreição insere uma possibilidade da alma além do corpo, tanto que o sermão do autor insiste na importância das boas obras para a salvação, mais do que ser enterrado ao lado de mártires. Assim, a cristianização da

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

memória dos mortos coloca a alma acima do corpo. Por sua vez, Agostinho - autor da tradição cristã com a qual Martinho dialoga - tratou o corpo de modo ambíguo: de um lado ele é inerente à natureza humana; por outro, o cristão não deveria se preocupar com ele na morte (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 196). Agostinho também disse que a salvação dependia da conduta prática. Entre os séculos V e VI, as basílicas ocupam o lugar de culto à memória dos mortos - questão que pode ser vista em uma longa duração, pois até hoje na liturgia da Igreja Católica Apostólica Romana há a invocação desta memória.

Ligado a salvação, o batismo é um ponto chave para entender o cristianismo e a memória ibérica dos séculos V e VI, "Se a memória era memória de Deus, o coração seria o lugar da atualização e revisitação desta memória" (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 219). A anamnese envolvia um lembrar para manter a moral cristã pós-batismo, o que permite verificar um movimento entre morte-salvação e batismo-ação. O público alvo do sermão, os "rústicos", aparecem na obra como um contraexemplo, ou seja, como aquilo que o convertido não deve ser. Por isso, o sermão visava uma audiência heterogênea, não apenas os "rústicos" (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 235). O batismo não era somente a inserção na comunidade cristã, mas também uma adesão a uma moral para as boas obras, já que os homens possuem livre-arbítrio e devem escolher os caminhos, que segundo diversos agentes do período, levam-no para a salvação ou para a condenação eterna. Portanto, esses pontos possibilitaram uma nova concepção de morte em que se inseriu a possibilidade de salvação, junto ao batismo como um pacto que deve ser recordado, em que se vislumbrava a união da comunidade e não permitia um retorno às antigas práticas pagãs (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 252-253). Portanto, concerne um modo de vida que deveria ser guiado pela memorização de Deus (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 259).

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Dissonante do apresentado, a comunidade da *Gallaecia* não se mostrava unida, pelo menos no contexto do século VI, para o professor da fé cristã. As religiosidades praticadas na região não se configuravam como meros vestígios que seriam suplantados facilmente pela ação pastoral, fosse ela prática ou escrita. Elas mostravam-se como permanentes no cotidiano de seus praticantes, orientando suas vidas nos mais diversos assuntos. Tais práticas eram vivenciadas e sentidas pelos seus adeptos, em contraposição ao cristianismo que suscitava a figura de um Deus onipotente e onipresente, portanto distante de seus fiéis.

O livro é uma obra importante para entender as especificidades da cristianização na Península Ibérica, na visão dos clérigos e bispos medievais. A autora utiliza importantes historiadores e bispos dos séculos V e VI para embasar seus argumentos sobre a história e a memória, bem como aborda conceitos fundamentais do contexto e discussões importantes para os medievalistas, como, por exemplo, a questão ariana e priscilianista e o debate da *Gallaecia*. Pinheiro-Jones faz o exercício de pensar a história e sua escrita nessa localidade¹², no contexto da cristianização, por meio da memória. Como dissemos no título da resenha, a autora pensa sobre o fazer história nos séculos V e VI, rompendo com os preconceitos de que os medievais eram incapazes de pensar sobre seu tempo (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 256). Não em vão, ao abrir e encerrar a obra citando Virginia Woolf, em trechos que tratam sobre o olhar e ouvir o passado em sua complexidade, Rossana Pinheiro-Jones expressa o pensar a narrativa histórica, questão com a qual ela lida em todo o livro. Seguindo-a, finalizamos citando Woolf, na voz de seu personagem Orlando: “A memória é costureira, e por sinal bastante imprevisível. A memória faz correr a agulha para dentro e para fora, para cima e para baixo, para lá e para cá.” (WOOLF, 2014, p. 97).

¹² Sentimos a falta de mapas que permitissem ao leitor vislumbrar a configuração geográfica distinta da Península Ibérica nos dois séculos abordados, sobretudo na primeira parte do livro.

Referências bibliográficas

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. **Introdução à Europa Medieval**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BROWN, Peter. **A ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

CALAZANS, Jaqueline de. **As Dissidências cristãs e os campos político e religioso: um estudo comparativo do combate ao priscilianismo na Península Ibérica nos séculos IV e VI**. 2014. 185f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Comparada - Instituto de História - Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **A memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

GOMES, Francisco José Silva. A Cristandade medieval entre o mito e a utopia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 221, Dec. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003005009>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARKUS, Robert A. "Conversão e Incerteza". In: **O fim do cristianismo antigo**. São Paulo: Paulus, 1997. Tradução: João Rezende Costa, Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/fim_do_cristianismo_antigo_markus.pdf.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 10, pp. 7-28, dez. 1993.

SOUTO, Leandro Nazareth. **Aspectos escatológicos no pensamento de Orígenes de Alexandria**. 79f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Universidade Federal de Uberlândia.

WOOLF, Virginia. **Orlando: uma biografia**. Trad. Jorio Dauster. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2014.